

A questão negra na formação do proletariado no Rio de Janeiro

Em seu anacronismo, a escravidão não se mostrava como um sistema puro. Havia uma série de contradições que, com o avançar dos anos, foram se acrescentando a esse sistema, criando uma estrutura bastante complexa de classes e de relações entre as mesmas. Isto ocorria em todo o país mas, sobretudo, na capital do Império, que era de longe a maior cidade do Brasil e abrigava a maior quantidade de escravos e negros em todo o país (segundo alguns autores, a maior cidade negra do mundo no século XIX, maior que Salvador ou Nova Orleans). Esta complexa rede de relações produziu importantes elementos subjetivos, como as experiências de sindicatos e associações operárias que tinham uma orientação abolicionista ativa, organizando fugas, compra de alforrias e até tentativa de controle operário, no caso dos gráficos. Essas marcas perduraram nos anos posteriores à abolição, sendo chave para recuperarmos a história dos negros e da classe operária brasileira.

Composição populacional e de classe na capital imperial

O Rio de Janeiro como capital do Império era a porta de entrada principal dos escravos em todo o país no século XIX. Entre 1790 e

1830, estima-se que entraram só pelo cais do Valongo 700 mil negros sequestrados da África. Na década de 1840 entraram, em todo o país, 60 mil escravos por ano, a maioria pela via da capital.

Muitos escravos que eram introduzidos no país não paravam na capital. Eram levados às zonas cafeeiras. A proibição da importação de escravos em 1850 é um dos motivos fundamentais para diminuição da proporção de escravos na cidade após este período, tendo o Rio servido como uma das principais fontes do super-lucrativo tráfico interno de escravos. Se o tráfico de escravos sempre foi lucrativo, com a proibição do tráfico internacional o preço dos escravos existentes aumentou muitíssimo. Com o preço dos escravos nas alturas, a elite escravocrata começou a alugar seus escravos por dia, por atividade, ou de outro modo. Manolo Florentino argumenta que o preço do aluguel de um escravo era superior ao de uma casa e que o retorno era mais garantido, além de maior proporcionalmente, ao capital investido previamente¹. Antes de entrar nessas complexas relações que foram se tecendo na capital, com maior ênfase no período pós-1850, vale ver como três coisas ocorreram simultaneamente na capital durante o século XIX: o decréscimo do número de escravos, o aumento do número de estrangeiros (sobretudo portugueses e, dentre estes, os açorianos, sob o sistema de “engajamento”), e o aumento populacional da cidade.

¹ Revista USP, número 58, pg 105.

A questão negra na formação do proletariado no Rio de Janeiro

	1821	1849	1872	1890	1906
Rio	112.695	266.466	274.972	522.651	811.443
escravos	55.090	110.602	48.939	0	0
livres	57.605	155.864	226.033	522.651	811.443
estrangeiros	7.000			156.795	?
portugueses	5.000	26.600	54.994	109.757	133.393
negros	?	115.939	?	?	?
não-negros	?		?	?	?
Brasil	4.717.000	8.000.000	9.930.478	14.333.915	
escravos					
livres					
estrangeiros					
portugueses					
negros			6.143.189	8.031.717	
não-negros			3.787.289	6.302.198	

Fontes diversas: IBGE, Marcelo Badaró Mattos, Florentino e outras.*

Esta composição de classes e a instituição do aluguel de escravos criou uma série de relações complexas entre os distintos tipos de escravos e livres na capital, bem como marcou o incremento proporcional da expressiva camada de escravos com especialização produtiva em funções operárias e artísticas. Para sustentar a elite da capital e manter funcionando uma cidade com população crescente, o trabalho escravo precisava começar a ter outra cara, incluindo “brechas assalariadas” à escravidão.

Badaró Mattos argumenta que

a mais conhecida entre as especificidades do emprego urbano do trabalho escravo era a existência de escravizados – treinados em ofícios especializados ou não – que eram oferecidos por seus senhores por aluguel, bem como de outros que buscavam serviços ocasionais pelas ruas da cidade em troca de uma remuneração monetária, cabendo ao

* Nota da tabela: o número de negros em 1849 só inclui escravos e “pretos”. Não há dado para “pardos”.

escravizado repassar diária ou semanalmente uma quantia estipulada por seu senhor. Estes últimos eram os escravos de ganho.²

Ou seja, os escravos eram como meeiros de si mesmos para seus senhores – pagavam uma “renda da terra” de si mesmos. Isto, longe de tornar a escravidão brasileira do segundo reinado algo mais “cordial” e “maleável”, era mais uma expressão híbrida, mas não menos brutal, de um sistema arcaico e desumano. Os escravos que não alcançavam o estipulado pelo senhor podiam ser castigados do mesmo modo que um “fujão”.

Havia uma “brecha assalariada” que permitia várias vezes ao escravo economizar e comprar sua própria alforria (que não era definitiva, como mostra Manolo Florentino, pois muitas alforrias tinham cláusulas para sua reversão em caso de portar-se mal ou não abandonar a cidade – para não “humilhar” o ex-dono³). Este sistema não era uma “humanização” da escravidão, mas sim uma nova forma híbrida dos proprietários extraírem o máximo de seus escravos só que em outro contexto de proibição do tráfico internacional de escravos, tráfico interno, e crescentes necessidades urbanas na capital.

Estas necessidades também impulsionaram a especialização de uma camada mais ampla de escravos em distintos tipos de ofícios operários e artísticos (ofícios pequeno-burgueses de artesãos, por exemplo). Segundo o censo de 1872, haviam 5.785 escravos jornaleiros alugados por dia (11,82% dos escravos), 527 marítimos (1,07%), 2.135 “industriais” (4,36%), 1.384 costureiras (2,83%), 497 “artistas” (1,02%) e um sem número de “sem especialização” neste senso que incluía uma grande quantidade de “ganhadores” (o sistema que comparamos acima à meação rural)⁴.

² Marcelo Badaró Mattos. *Escravidados e Livres*. Box Texto, Rio de Janeiro, 2008.

³ Idem, op. cit.

⁴ Idem, op. cit.

Badaró Mattos argumenta que o preço do aluguel de escravos determinava o preço de todos os trabalhadores na capital e que era o fator determinante do emprego urbano (que não podia ser considerado um mercado de trabalho, pois não havia só proletários livres). E enquanto subsistiam braços escravos que dessem conta da demanda, o trabalho proletário assalariado propriamente dito não prevalecia na cidade. Diversas outras formas não proletárias de trabalho foram se combinando à escravidão de “jornaleiros” e “ganhadores”. Por exemplo, na década de 1850 a 1860 houve um grande fluxo de açorianos e outros imigrantes trazidos no sistema de “engajamento”, no qual pisavam no Brasil com dívidas que demoravam cerca de três anos para quitar. Havia também os “africanos livres da nação” que eram escravos do Estado (quilombolas capturados, africanos “libertos” do tráfico internacional ilegal e outros). Os “africanos livres” ou “escravos da nação” eram escravizados por até duas décadas e eram utilizados pelo Estado em suas fábricas (“arsenal de guerra” e “arsenal da marinha” – as maiores concentrações fabris do império, cada uma delas com mais de 800 operários – ou ainda eram alugados pelo Estado). Estima-se que até 1860 o número de “africanos livres” não era menor que 11 mil. O Estado brasileiro não foi somente garantidor da escravidão; foi, talvez, o maior proprietário de escravos!

Os negros no nascimento da indústria e do proletariado urbano

Tendo em vista que a economia urbana tinha um peso extremamente minoritário dentro do conjunto da economia nacional entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX, motivo pelo qual é impossível uma análise global da transição entre o trabalho escravo e o trabalho assalariado sem abarcar como esse processo se efetiva nas fazendas de café, a seguir desenvolvemos alguns apontamentos sobre como essa transição se deu especificamente no meio urbano, como fundamentos para analisar as origens do movimento operário brasileiro.

Em meio ao boom urbano do Rio de Janeiro observado na Tabela 1, houve também uma crescente (mesmo que incipiente) industrialização da capital. Os escravos e negros libertos eram parte fundamental desta estrutura produtiva. Em 1857 havia, segundo Eulália Lobo (citada em Badaró Mattos), 1.117 estabelecimentos “fabris” na capital. Entre estes, ela pôde pesquisar 50 e estabelecer que eles tinham uma média de 25 operários cada. A proporção, ao menos nos estabelecimentos por ela pesquisados, de escravos e livres era de aproximadamente 60% livre e 40% escravo, sendo 90% dos livres estrangeiros⁵. Se esta média fosse observada na cidade teríamos 19.000 “operários”.

Em 1881, segundo a mesma autora, já havia ramos que tinham concluído a transição de manufatura à indústria, com destaque para tecidos, seguidos de chapéus, calçados, móveis e metalurgia. Na década de 1880 havia na capital 726 empresas “fabris”, sendo 216 pequenas (até 5 operários), 306 médias (de 6 a 40 operários) e 204 grandes (mais de 40 operários). Somente os três maiores estabelecimentos, o estaleiro Mauá (privado) e os arsenais de Guerra e da Marinha (estatais), empregavam juntos 2.400 operários (livres ou não)⁶. Outro estudo, conduzido com dados de 1882 para 80 fábricas, chega a uma média de 42 operários⁷. Se estendêssemos esta média de 42 operários aos 726 estabelecimentos “fabris”, teríamos um “operariado” (livre ou não) de 30.492 pessoas. Este número parece convincente ou mesmo conservador uma vez que, em 1906, após um expressivo aumento da industrialização, mas que dificilmente foi multiplicado por 4 em 16 anos, o censo encontrou 115.779 operários.

⁵ Idem, op. cit.

⁶ Idem, op. cit.

⁷ Idem, op. cit.

Fábricas com escravos e livres como um dos fatores para relações progressistas entre proletariado e escravos

No Rio de Janeiro, prevalecia uma complexa trama hierarquizada de relações entre operários estrangeiros livres, operários estrangeiros “engajados”, negros proletários livres e negros escravos nestas estruturas de trabalho.⁸ Há numerosos exemplos de como os escravos, sobretudo os “escravos da nação” (treinados pelo Estado) ocupavam as posições mais especializadas nesta estrutura produtiva ainda fortemente dependente de artesãos. Sua substituição pelos trabalhadores livres imigrantes não foi absoluta e os dados de aumento da concentração operária e transição da manufatura à indústria são os que realmente ilustram a “estrangeirização” e embranquecimento do proletariado. Não houve substituição da força de trabalho, houve substituição do próprio processo produtivo e, concomitante, emprego de força de trabalho branca e imigrante, mas não de forma absoluta, (nem perto disso).

A “forçação” de barra na historiografia que tende a absolutizar este embranquecimento coloca os negros como tendo uma localização exclusivamente de fora do processo produtivo mais dinâmico. É verdade que, rapidamente, os negros foram relegados aos piores trabalhos e serviram de reserva de força de trabalho. Mesmo com a especialização de escravos artesãos, sempre predominou o trabalho mais arriscado e degradante aos negros. Um dos principais “empregos” de escravos “ganhadores” era o de “tigre”, ou seja, o de recolhedor de fezes e urina. Mas, ainda assim, não era um número irrelevante de negros livres proletários que ocupavam empregos “fabris”. Apesar de não haverem dados para qual era a população negra do Rio de Janeiro em 1890, se

⁸ A análise do mesmo processo na cidade de São Paulo exige um estudo particular, já que a composição racial dessa cidade se desenvolveu de forma distinta do Rio de Janeiro, com uma maior proporção de imigrantes europeus em relação aos negros em sua formação.

supormos que ela era equivalente aos 57% do país segundo a Tabela 1, teríamos um número bastante expressivo de proletários negros fabris, mesmo que os negros predominassem nos empregos domésticos ou a do sistema de “ganhador”, continuasse só que agora como trabalhador livre “informal”⁹.

Esta ideia do embranquecimento súbito e absoluto dos processos produtivos no Brasil apaga não só este proletariado negro como as experiências comuns dos trabalhadores negros e brancos com os escravos negros em seus locais de trabalho e as experiências progressistas – senão tendentes a revolucionárias – que se estabeleceram justamente em ramos industriais onde havia maior concentração de trabalhadores (livres ou não).

Continuidade e descontinuidade – as experiências abolicionistas do proletariado da década de 1880

A primeira greve da história brasileira foi uma greve de operários escravos do estaleiro Mauá, em 1857 (a terceira maior concentração operária do rio no século XIX). Uma das categorias que estabeleceu uma prática progressista neste período foram os trabalhadores do Arsenal da Marinha, que coletavam dinheiro dos associados para comprar alforrias (e esta fábrica, como argumentamos acima, era a segunda maior concentração operária do Rio).

Segundo jornal da época, o sindicato dos gráficos no Rio de Janeiro

reuniu-se e publicou um manifesto aderindo à Sociedade Cearense Libertadora, resolvendo negar absolutamente os seus serviços aos jornais que se declararam adversos ao movimento abolicionista da província e do país, fazendo publicações de qualquer gênero neste sentido¹⁰.

⁹ Sidney Chalhoub em *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*, p. 51, escreveu que 48% dos não brancos economicamente ativos estavam nos serviços domésticos, 17% na indústria e 16% não tinham profissão declarada ou estavam em atividades extrativas.

¹⁰ Citado em Marcelo Badaró Mattos. *Escravidados e Livres: experiências comuns na*

Esta mesma categoria, que tentou organizar este controle operário da produção, teve importante história e contribuição na luta pela abolição. Na segunda greve da história do país, em 1858, os gráficos publicavam artigos em seu jornal defendendo a abolição em meio à sua greve. Em todo o período dos anos 1880, assim como os trabalhadores do Arsenal da Marinha, este sindicato juntava dinheiro de seus associados para comprar alforrias.

Os panificadores cumpriram um papel de vanguarda neste processo, com seu dirigente João de Mattos, que havia organizado fugas em Santos, montado um quilombo em Barra do Pirai (próximo a Volta Redonda), e depois no Rio de Janeiro, onde organizou várias greves de operários brancos e negros panificadores bem como estas fugas e falsificações¹¹. Esta era uma categoria que, para as médias da época, apresentava uma concentração superior à normal (não chegava a 50 o número de padarias na capital e a maioria delas contava com mais de 20 panificadores – livres ou não, negros ou não). Este grande dirigente operário abolicionista ajudou a montar um sindicato sob a proteção de um clube de dança (para assim subversivamente esconder-se dos escravocratas e do Império). João de Mattos é um nome que precisa ser lembrado e tomado como exemplo para erguer uma nova história de luta contra as continuidades da escravidão no trabalho precário e violência policial.

Não só a classe trabalhadora e os negros tinham diversas táticas de luta pela abolição, sem esperar passivamente que a monarquia e os escravocratas “concedessem” a liberdade aos escravos. Setores pequeno-burgueses organizados em torno da Escola Politécnica – atual prédio do IFCS/UFRJ – organizavam espécies de arrastões, “persuadindo” os donos de escravos a libertarem todos os negros, e assim arrancar a abolição dos escravocratas “ruas livres” no Rio. Estes arrastões

formação da classe trabalhadora carioca, Bom Texto, Rio de Janeiro, 2006.

¹¹ Ver diversas referências no livro supracitado de Marcelo Badaró Mattos.

reuniam-se periodicamente e iam livrando rua a rua do centro do Rio de Janeiro, começando pelo Largo São Francisco onde fica o atual Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, seguindo em outro dia em libertar toda a Rua do Ouvidor, do Teatro, Uruguaiana etc.

As pequenas, mas muito impactantes, experiências que alguns setores do proletariado carioca tiveram na década de 1880 nos servem de exemplo para pensar como que, mesmo sem tradição marxista, setores do proletariado chegavam, na prática e não na política ou teoria, à noção de hegemonia operária, de sindicatos como tribunais do povo, e de unidade das fileiras proletárias (neste caso, dos oprimidos e não só dos proletários). Essa prática se contrasta com a tradição legada pelo anarco-sindicalismo, pelo PCB e pelo PT (continuada pela esquerda atual), em que prima o corporativismo economicista na atuação sindical, separando as lutas pelas demandas particulares de cada categoria dos interesses gerais da população mais explorada e oprimida, dentre as quais se destaca a questão negra. Ou seja, houveram tradições nativas no Brasil que permitem pensar que não estava nada dado que a questão negra sumisse como questão importante do proletariado no pós-abolição, por ter cumprido papel tão relevante antes.

Enfatiza ainda mais este estranhamento, a respeito do qual precisamos pesquisar as causas e tirar lições, o fato de que o samba foi se desenvolvendo no século XIX e XX sob auspício de sindicatos operários. Até hoje, algumas escolas, como a Império Serrano (uma escola que é da resistência dos portuários em sua origem), tem presidentes de sindicatos do início do século como patronos.

Podemos buscar causas geográficas para explicar isto com a rápida urbanização e industrialização de São Paulo, que não contava naquele período com expressiva população negra, e sim com tradições políticas do proletariado imigrante com o crescente predomínio de tendências

anarco-sindicalistas. Assim como também podemos verificar, com a reforma Pereira Passos – comparável à Haussman de Paris pós-Comuna –, um relativo processo de embranquecimento no Rio, não só do proletariado como da própria cidade. Mesmo as tradições que emergiram do próprio proletariado carioca nascente tenderam a negar os aspectos de raça já poucos anos após a abolição. Badaró Mattos, apoiado em pesquisadores dos sindicatos do período e jornais operários das duas primeiras décadas de 1900, mostra como há um esforço dos sindicatos, mesmo naqueles em que predominavam negros, em afirmar-se como classe em detrimento de afirmar-se duplamente como classe e raça, pois afirmar-se como raça era visto como continuar sendo tratado de forma inferior e tratava-se de ser tratado como “livre” e “igual”¹². Porém, o mesmo autor mostra como a contribuição do sindicato dos panificadores do Rio de Janeiro ao I Congresso da COB em 1906 relatou o muito que fizeram previamente pela abolição.

Os ires e vires deste processo da constituição da classe operária brasileira, a questão negra e suas inter-relações (não-harmônicas), precisam ser estudados para melhor localizar como a inflexão da abolição e da república na história nacional não só alteraram as relações políticas e as correlações de força entre as classes, mas mesmo as tradições subjetivas no proletariado brasileiro, para assim melhor tirar lições dos exemplos e das lutas políticas, e com isso dar passos para pensar as possibilidades de hegemonia proletária em cada período histórico, nos armando para o presente e futuro.

¹² Badaró Mattos. *Escravidados e Livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*, op. cit.